

do-lhe a confiar mais no próprio valor que no amparo do Estado ou da coletividade, afeiçoando-lhe o amor à ordem, o respeito às leis, os princípios de honra, de dignidade e de patriotismo". (21)

No que diz respeito à sua maneira de agir como Presidente do Estado, Antônio Carlos compromete-se a:

- a) pautar todas as suas ações dentro dos princípios da justiça e do respeito aos direitos inherentes aos cidadãos: "procurarei agir sempre dentro das normas da mais rigorosa justiça, e, portanto, hei de ser respeitador inflexível de todos os direitos, a eles assegurando, com decisão e firmeza, as devidas garantias". (22)
- b) manter sua conduta dentro dos padrões de uma rigorosa moralidade:

"Empregarei a mais atenta vigilância e os mais decididos esforços a fim de que a administração, em todos os atos e quanto aos seus funcionários, tenha sempre a característica da maior moralidade. Partindo do alto, o exemplo de vigorosos escrúpulos na gestão dos negócios públicos influí, poderosamente, no meio social, ao mesmo tempo que fortalece o apoio e a confiança de que o Governo não pode prescindir para o cumprimento de sua grandiosa missão". (23)

c) Procurar manter, sempre, uma atitude de tolerância aberta diante das críticas das oposições:

"Manterei, imprescritivamente, a maior tolerância diante das opiniões contrárias, estimando na sã oposição o valioso papel de eficaz colaboradora da ação do governo... Terrei, continuamente, na mais alta conta as manifestações legítimas da opinião pública, da qual não poderão, nem deverão desvirtuar os governos realmente democráticos". (24)

No campo econômico, tendo em vista a necessidade da expansão das forças produtivas do Estado, ameaçado em sua hegemonia no campo político, Antônio Carlos propõe medidas no sentido de impedir a migração para outros estados e de atrair a mão de obra para o interior mineiro. Propõe ainda, medidas visando a consecução de melhores condições para o crescimento da pecuária. (*) Entre essas medidas, cita a difusão, por parte do governo, de técnicas e implementos para a defesa sanitária, melhoria do solo e das pastagens e aproveitamento adequado dos produtos. E sugere a intervenção do governo no âmbito da circulação dos produtos, através da criação de um sistema eficiente de circulação da produção e do estabelecimento de taxas que beneficiasse os produtos internos: "... é forçoso que o interesse mineiro zele no propósito de conseguir estabilidade de tarifas alfandegárias que lhe ofereçam garantias contra a concorrência estrangeira". (25)

Ainda no setor econômico, Antônio Carlos destaca o problema do café, devido à importância deste produto na economia do País, concedendo-lhe tratamento especial. "Sempre entendi, contrariando minhas tendências desfavoráveis à intervenção dos governos na circulação das riquezas, que a posição excepcional desse produto na economia brasileira e a circunstância de que o nosso País quase lhe monopoliza a produção fazem legítima e proveitosa a defesa de seus preços". (26)

E assim se justifica: "Minha oposição, a esse respeito, se tem afirmado unicamente em relação aos processos valorizadores.

(*) O problema da migração do mineiro para outros estados, por falta de condições econômicas, vinha alarmando as autoridades e o povo de um modo geral. O Jornal Estado de Minas chama a atenção para este problema em diversas oportunidades.